

N.F. Nº - 206922.0082/21-7
NOTIFICADO - ANDRÉ NAZARENO GUIMARÃES DE ANDRADE
NOTIFICANTE - MARCOS LOPEZ COSTA SANTOS
ORIGEM - INFAZ ITD
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 14.09.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0326/21NF-VD

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. Documentos anexados pelo Defendente elidem a acusação fiscal. ITD exigido pela fiscalização estadual foi recolhido em 28/08/2014, por meio de processo de partilha, anteriormente à lavratura da Notificação (01/02/2021). Na Informação Fiscal, preposto do fisco acata os fatos arguidos pelo Impugnante, expressamente concordando que o imposto já foi quitado. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 01/02/2021, exige do Notificado ITD no valor de R\$2.358,43, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.01: falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos.

Enquadramento Legal: art. 1º, inciso III da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 18 a 27), inicialmente reproduzindo o conteúdo do lançamento e alegando que, na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF/2016, ano calendário 2015, especificamente no campo referente a doações e heranças, decorrentes da transmissão de bens do espólio de José Carlos Fiscina, declarou a transferência de bens patrimoniais, os quais teriam o valor econômico de R\$67.383,68.

Aduz que o ITD foi recolhido, conforme DAEs em anexo, inclusive em valor maior que o devido, por erro crasso de cálculo, que gerou pedido de restituição junto à SEFAZ, o qual já foi resolvido em proveito do espólio.

Finaliza a peça defensiva, requerendo a total improcedência da Notificação Fiscal.

Na Informação fiscal de fl. 53, o preposto fiscal incumbido de prestar informações a respeito do presente PAF, haja vista o Notificante estar aposentado (fls. 28 e 29), inicialmente reproduz o conteúdo do lançamento e da argumentação do Notificado. Esclarecendo que, ao analisar o processo de partilha, bem como a declaração de IR anexos à defesa, verificou que o quinhão de cada herdeiro foi de R\$67.383,71, tendo sido herdeira a Sra. JOSIANNE FISCINA DE ANDRADE, CPF nº 539.000.815-49, cônjuge do Notificado e dependente dele na declaração do IR. Concluindo que o valor lançado na declaração se refere ao quinhão da esposa no processo de inventário, cujo imposto já foi pago.

Finaliza a peça defensiva pugnano pela improcedência total do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ITD no valor de R\$2.358,43, e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de créditos.

Cumpra destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais, e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, a Notificada alega que na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF/2016, ano calendário 2015, especificamente no campo referente a doações e heranças, decorrentes da transmissão de bens do espólio de José Carlos Fiscina, declarou a transferência de bens patrimoniais, os quais teriam o valor econômico de R\$67.383,68. Aduz que o ITD respectivo foi recolhido, conforme DAEs em anexo. Finaliza a peça defensiva, requerendo a total improcedência da Notificação Fiscal.

Na Informação fiscal de fl. 53, o preposto fiscal incumbido de prestar informações a respeito do presente PAF, haja vista o Notificante estar aposentado (fls. 28 e 29), esclarece que, ao analisar o processo de partilha, bem como a declaração de IR anexos à defesa, verificou que o quinhão de cada herdeiro foi de R\$67.383,71, tendo sido herdeira a Sra. JOSIANNE FISCINA DE ANDRADE, CPF nº 539.000.815-49, cônjuge do Notificado e dependente dele na declaração do IR. Concluindo que o valor lançado na declaração se refere ao quinhão da esposa no processo de inventário, cujo imposto já foi pago. Finaliza a informação pugnando pela total improcedência do lançamento.

Compulsando os documentos constantes nos autos, em particular; 1) cópia da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF/2016 de ANDRÉ NAZARENO GUIMARÃES DE ANDRADE, ano calendário de 2015 (fls. 43 a 51), na qual, de fato, consta como dependente a Sra. JOSIANNE FISCINA DE ANDRADE; 2) cópia de documento constante no Processo nº 0000373-34.2005.8.05.0004, referente ao Inventário e Partilha do Espólio JOSÉ CARLOS FISCINA (fls. 30 a 32), no qual se requer a homologação da partilha dos bens imóveis e direitos societários de uma empresa do inventariado, e 3) cópia do Documento de Arrecadação – DAE nº 1404868066 e respectivo comprovante de recolhimento ocorrido em 28/08/2014 (fl. 41), não restam dúvidas que o imposto exigido na presente Notificação Fiscal, já havia sido quitado anteriormente à exigência contida no presente lançamento, efetivado em 01/02/2021, pelo que entendo improceder a cobrança. Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade em instância única julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **206922.0082/21-7**, lavrada contra **ANDRÉ NAZARENO GUIMARÃES DE ANDRADE**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 18 de agosto de 2021

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR